



TODO UM MUNDO



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
**4º TRIMESTRE 2021**

## Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2021 .....	3
Execução Orçamental da Receita .....	3
Execução Orçamental da Despesa .....	6
Equilíbrio Orçamental .....	8
Alterações Orçamentais .....	9

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 4º TRIMESTRE 2021

#### Instrumentos previsionais de gestão 2021

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2021, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2020, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2021, apresenta uma dotação corrigida no montante de 229.329,8 milhares de euros (m€), composto por 149.082,4 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 127.848,9 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 60.791,9 m€ e as despesas a 101.480,8 m€.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2020, um orçamento corrigido de 202.179,7 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 133.863,4 m€ e 128.596,5 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 39.975,6 m€ e despesas de 73.583,3 m€.

#### Execução Orçamental da Receita

Até ao quarto trimestre, o orçamento do Município para o exercício de 2021 apresentou uma dotação total de receita cobrada de 197.712,8 m€, registando como receitas correntes o montante de 152.500,9 m€ e receitas de capital cerca de 25.756,2 m€, ao qual acresce um saldo da gerência anterior de 19.153,3 m€<sup>1</sup>.

Por sua vez, no exercício de 2020, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 173.588,5 m€, registando nas receitas correntes um montante de 133.344,6 m€ e nas de capital 11.930,9 m€, acrescentando o saldo de gerência anterior de 28.255,9 m€.

<sup>1</sup> Saldo da Gerência Anterior apurado com base na Receita Cobrada Líquida

O quadro seguinte reflete a execução da receita bruta até ao quarto trimestre de 2021, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo:

**RECEITA - 4º trimestre 2021/2020**

C. Econ	Descrição	4º trimestre 2020		4º trimestre 2021		Difª Cobrança 2021/2020	Taxa de Execução %	
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>133 863,37</b>	<b>133 344,65</b>	<b>149 082,42</b>	<b>152 500,93</b>	<b>19 156,28</b>	<b>99,61%</b>	<b>102,29%</b>
01	IMPOSTOS DIRECTOS	83 626,81	83 626,71	94 785,16	94 785,06	11 158,35	100,00%	100,00%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2 980,60	2 984,71	5 055,74	5 251,72	2 267,01	100,14%	103,88%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 987,85	5 979,09	5 888,85	8 509,43	2 530,34	99,85%	144,50%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38 065,84	37 791,96	37 782,37	37 780,65	-11,31	99,28%	100,00%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 283,08	2 056,17	2 445,26	2 478,27	422,10	90,06%	101,35%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	919,19	906,01	3 125,04	3 695,80	2 789,79	98,57%	118,26%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>39 975,57</b>	<b>11 930,95</b>	<b>60 791,98</b>	<b>25 756,17</b>	<b>13 825,22</b>	<b>29,85%</b>	<b>42,37%</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1 293,83	146,79	319,40	297,61	150,82	11,35%	93,18%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16 808,73	6 912,40	19 466,21	13 515,66	6 603,26	41,12%	69,43%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	15 631,17	229,42	20 638,02	0,00	-229,42	1,47%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	5 175,98	3 986,37	18 722,04	10 296,71	6 310,34	77,02%	55,00%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 065,86	655,97	1 646,31	1 646,19	990,22	61,54%	99,99%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>28 340,83</b>	<b>28 312,90</b>	<b>19 455,40</b>	<b>19 455,67</b>	<b>-8 857,23</b>	<b>99,90%</b>	<b>100,00%</b>
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	84,92	56,99	302,14	302,41	245,42	67,11%	100,09%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	28 255,91	28 255,91	19 153,26	19 153,26	-9 102,65	100,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>202 179,77</b>	<b>173 588,50</b>	<b>229 329,80</b>	<b>197 712,77</b>	<b>24 124,27</b>	<b>85,86%</b>	<b>86,21%</b>

milhares de euros

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução bastante positiva entre 2020/2021, com acréscimos registados em ambas as vertentes da receita corrente e de capital, em cerca de 19.156,3 m€ e de 13.825,2 m€, respetivamente, mais do que compensando a quebra registada no saldo transitado (-9.102,6 m€), alvejando um resultado final sobejamente positivo de 24.124,3 m€, destacando-se os aspetos vertidos nos parágrafos seguintes.

Quanto à receita arrecadada corrente, que ascendeu a cerca de 152.500,9 m€ até ao quarto trimestre de 2021, contra 133.344,6 m€ em período homólogo, verifica-se que este comportamento crescente e transversal a quase todas as suas componentes, continua a advir essencialmente, por um lado, dos inputs dos Impostos Diretos na ordem dos 11.158,3 m€, acompanhando o comportamento idêntico verificado já no terceiro trimestre (+6.638,1 m€), preconizado mais uma vez, quase na sua íntegra, pelo reforço do IMT (+12.486,4 m€) com um crescimento de 51,08% face ao período homólogo, destacando-se a supremacia desta receita a partir de abril de 2021 assente numa recuperação no dinamismo do mercado, e por outro lado, do crescimento das Taxas, Multas e Outras penalidades (+2.267,0 m€) com uma variação positiva de 75,9% comparativamente ao ano anterior, com particular destaque para as taxas específicas das autarquias locais, que continuaram a sua tendência crescente (+1.871,6 m€), nomeadamente a de ocupação de via pública que registou um montante de 1.754,0 m€ em

2021, face a 140,3 m€ em 2020, advindo basicamente do pagamento das licenças de Ocupação do Espaço Solo e Subsolo – Empresas, dos anos de 2020 (636,9 M€) e de 2021 (732,8 M€), da empresa REN PORTGÁS DISTRIBUIÇÃO, S.A. totalizando um valor de 1.369,6 m€ a par, do contributo da receita proveniente do loteamento e obras (+336,0 m€), que se materializou em 1.675,0 m€ no ano em análise contra 1.339,0 m€ de 2020. Acresça-se ainda, as receitas provenientes das coimas e penalidades por contraordenação que registaram um acréscimo de 382,7 m€ face ao ano anterior, embora 101,9 m€ sejam respeitantes a coimas de 2019 e 2020 pagas em 2021, consubstanciando-se no total em 711,3 m€, contra 328,6 m€ de 2020.

O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela Autoridade Tributária.

Assim, em 2021, as transferências mensais referentes à derrama mostraram um comportamento divergente de 2020, não sendo alheio a redução da taxa da derrama em 0,25% para volume de negócio com valores até e superior a 150 mil euros, procurando-se minimizar as dificuldades associadas ao período excecional vivido, refletido nos seguintes valores:

Distribuição mensal da Derrama 2020/2021												
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
2020	151,48	226,14	0,00	0,00	17,30	13,93	0,00	4 049,50	2 183,20	555,54	33,63	561,84
2021	52,36	69,36	86,37	77,29	224,18	23,10	172,13	3 570,23	155,40	498,39	808,02	146,7

milhares de euros

Ainda no âmbito das receitas correntes, verifica-se igualmente um acréscimo nas Outras receitas correntes (+2.789,8 m€), justificado essencialmente, por um conjunto de créditos por contabilizar desde outubro de 2020 até 30 de dezembro de 2021 num total de 3.514,4 m€.

Apresentando as receitas de capital um comportamento semelhante ao da sua congénere corrente, aquelas registaram um valor de 25.756,2 m€ até ao quarto trimestre do corrente ano, comparativamente com os 11.930,9 m€ registado em 2020.

Embora se constate na receita de capital, a ocorrência de um crescendo generalizado em quase todas as suas componentes, comparativamente ao período homólogo, verifica-se que, as rubricas que têm vindo a assumir maior expressão continuam a ser as transferências de capital com o registo de 13.515,7 m€ contra 6.912,4 m€ em 2020, refletindo um forte impulso de 6.603,3 m€ basicamente advindo das transferências do FEDER (+6.791,1 m€), e os passivos financeiros, com um registo de 10.296,7 m€ face 3.986,4 m€, cujo diferencial de 6.310,3 m€, prende-se na sua essência, por um lado, com o montante subjacente ao empréstimo de curto prazo que somou 6.500,0 m€ em 2021 face a 3.000,0 m€ em 2020 visando ocorrer a

despesas/necessidades de tesouraria não permanentes, ambos utilizados durante o segundo trimestre, e ao diferencial de 2.108,8 m€ inerente á libertação da 1ª e 2ª tranche do empréstimo de médio e longo prazo no âmbito do financiamento de despesas destinadas ao combate da pandemia da doença covid-19, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A, de 1.421,9 m€ e 686,9 m€ respetivamente.

Da análise suprarreferida, ressalta que até ao 4º Trimestre de 2021, a taxa de execução das receitas correntes ascendeu a 102,3%, registando uma evolução positiva de 2,68% face a 2020, preconizada pelo bom desempenho generalizado de todas as receitas correntes acima da fasquia dos 100%. O mesmo se pode dizer, no que concerne á execução das receitas de capital, sob o ponto de vista da sua maior realização em 2021 face a 2020, passando para 42,37% contra 29,85% respetivamente.

A taxa de execução da receita total até ao 4º trimestre de 2021 foi, assim, de 86,21% face aos 85,86% atingido em 2020.

Analisada a evolução da receita total do 4º trimestre face ao trimestre anterior, é pertinente salientar que em 2021, registou-se uma variação positiva de 40,47%, contra 32,66% registado no período homólogo do ano 2020.

## Execução Orçamental da Despesa

Neste contexto, pode-se desde já avançar que o comportamento evidenciado nas rubricas da despesa corrente e de capital até ao final do 4º trimestre do presente ano em estudo, foi em tudo semelhante ao ocorrido até ao 3º trimestre, em comparação com período homólogo, com o incremento na vertente da despesa de capital, em 14.779,4 m€, por oposição da contração verificada na despesa corrente de 124,4 m€, espelhando a despesa total um agravamento de 14.655,0 m€ face ao ano 2020, registando em termos absolutos um montante de 168.915,0 m€ contra 154.260,0 m€.

Assim, como se pode constatar no quadro seguinte, as despesas correntes materializaram-se no final do ano em estudo em 104.364,5 m€, comparativamente com o valor de 104.488,9 m€ em igual período de 2020, tendo as despesas de capital atingido 64.550,5 m€ face aos 49.771,1 m€ de ano passado.

DESPESA - 4º trimestre 2021/2020

C.Econ.	Descrição	4º trimestre 2020		4º trimestre 2021		DIFº 2021/2020 Despesa Paga	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2020	2021
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>128 596,48</b>	<b>104 488,95</b>	<b>127 848,97</b>	<b>104 364,51</b>	<b>-124,44</b>	81,25%	81,63%
01	DESPESAS COM O PESSOAL	45 739,61	43 516,65	47 418,37	46 155,61	2 638,96	95,14%	97,34%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	51 942,31	34 732,53	51 150,78	31 789,28	-2 943,25	66,87%	62,15%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 368,21	1 203,03	728,78	650,25	-552,78	87,93%	89,22%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9 915,71	8 158,16	13 074,27	10 958,75	2 800,59	82,28%	83,82%
05	SUBSÍDIOS	14 789,00	12 698,10	11 699,21	11 296,63	-1 401,47	85,86%	96,56%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 841,64	4 180,48	3 777,56	3 513,99	-666,49	86,34%	93,02%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>73 583,29</b>	<b>49 771,10</b>	<b>101 480,83</b>	<b>64 550,55</b>	<b>14 779,45</b>	67,64%	63,61%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	44 488,91	23 607,30	72 958,13	37 539,30	13 932,00	53,06%	51,45%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10 843,57	8 475,21	8 902,41	7 459,35	-1 015,86	78,16%	83,79%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	248,90	248,60	0,30	0,00	-248,60	99,88%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	17 954,80	17 399,99	19 205,68	19 138,00	1 738,01	96,91%	99,65%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	47,11	40,00	414,31	413,90	373,90	84,91%	99,90%
<b>TOTAL</b>		<b>202 179,77</b>	<b>154 260,05</b>	<b>229 329,80</b>	<b>168 915,06</b>	<b>14 655,01</b>	76,30%	73,66%

milhares de euros

Mediante uma apreciação similar ao anteriormente realizado na receita, e por observação do quadro supra indicado, destaca-se nas despesas correntes pagas, por um lado, um contínuo desagramento na aquisição de bens e serviços (-2.943,2 m€), com maior incidência na vertente de aquisição de bens (-2.344,2 m€) adstrito principalmente às despesas tidas com vestuário e artigos pessoais e a produtos químicos e farmacêuticos, subjacentes á pandemia por doença covid-19, as quais somaram em 2020, 2.487,4 m€ e 425,5 m€ respetivamente, contra 235,9 m€ e 44,5 m€ ocorridas em 2021, e por outro lado, um diferencial traduzido na diminuição nos subsídios (-1.401,5 m€) vertido essencialmente, pelo facto, do pagamento pontual realizado no ano de 2020 do valor de 1.800,0 m€ e 1.400,0 m€, referente aos contrato programas de participação de despesas das atividades de manutenção, conservação limpeza, desobstrução e reabilitação de rios, ribeiras e praias, assim como, despesas com a reparação e manutenção da rede de aguas residuais pluviais, com as Águas de Gaia EM, SA.

Por oposição, regista-se um aumento de gastos com as despesas inerentes a transferências correntes (+2.800,5 m€), comparativamente com igual período homólogo, fundamentado pelo maior volume de transferências para as instituições sem fins lucrativos (+1.341,2 m€), a par das transferências para as famílias (+1.509,5 m€), traduzidas estas últimas por despesas relacionadas com apoios no âmbito de atividades de ação social – situação de emergência que somaram em 2021, um montante 443,9 m€, apoios em cuidados de saúde no âmbito da pandemia covid 2019, no valor de 570,5 m€ e, por fim, apoios a título dos passes a estudantes que totalizou 1.003,5 m€.

Pela sua relevância, as despesas com pessoal totalizaram 46.155,6 m€ no final de 2021 e 43.516,6 m€ no ano transato, tendo representado 27,32% do total da despesa executada,

evidenciando um registo ligeiramente inferior a 2020, com um percentual de 28,20%. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 32.775,1 m€ em 2021 face a 30.618,2 m€ em 2020, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 71,01% face a 70,36%, respetivamente.

Na vertente da despesa de capital, as rubricas que demonstraram maior expressividade continuaram a ser a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 37.539,3 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 19.138,0 m€, e por fim as transferências de capital com cerca de 7.459,3 m€. Verifica-se um agravamento naquela vertente, na ordem dos 14.779,45 m€ face ao período análogo de 2020, imputado essencialmente, pelo reforço nas despesas de investimento com a aquisição de bens de capital (+13.932,0 m€) com principal impacto no investimento em edifícios (+9.882,9 m€) refletido no âmbito das escolas que apresentou um volume de despesa de 6.626,0 m€ face a 2.410,4 m€ realizado em 2020, seguido do investimento em construções diversas (+2.664,4 m€) patente principalmente na viação rural (+2.138,3 m€) e na iluminação pública (+1.799,3 m€) e por fim, com investimentos na reparação e beneficiação em habitação (+2.247,70 m€).

No que concerne ao agravamento na rubrica de passivos financeiros (+1.738,0 m€ m€), prendeu-se essencialmente com a amortização da 2ª tranche do empréstimo de curto prazo junto do BPI, S.A no valor de 3.500,0 m€, tendo os encargos ao nível das amortizações com empréstimos de MLP decrescido na ordem dos 1.761,9 m€.

Para finalizar, resta referir que nestes doze meses de 2021, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 81,63% e 63,61%, respetivamente, semelhantes às observadas em período homologado de 2020, de 81,25% e 67,64%.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até ao 4º trimestre de 2021 a taxa de execução perfaz 73,66%, comparativamente com os 76,30% atingidos em igual período de 2020.

## Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.



Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 4º trimestre de 2021, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		31/12/2020	ORÇAMENTO INICIAL	31/12/2021 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	133 344,66	140 325,87	161 880,77
	B - Despesas correntes	104 488,94	121 594,21	127 848,97
	C - Saldo corrente (A-B)	28 855,72	18 731,65	34 031,80
	D - Amortização média dos EMLP	13 672,58	13 650,74	13 995,99
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	15 183,14	5 080,92	20 035,80
	F - Percentagem $[A/(B+D)]$	112,8%	103,8%	114,1%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2021 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Comparativamente com o trimestre anterior, verificou-se um aumento do Saldo Corrente (de 13.927,2 m€ para 34.031,8 m€) decorrente, quer do aumento das Previsões Corrigidas, quer da diminuição das Dotações Corrigidas. Tal resultou numa melhoria do indicador de Equilíbrio Orçamental de 103,2% (valor aferido a 30/09/2021) para 114,1%.

## Alterações Orçamentais

Durante o ano de 2021, realizaram-se 58 alterações orçamentais, das quais, 18 ocorreram no último trimestre.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	84 084,27	13 156,48	2 455,59	94 785,16
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3 865,30	1 672,82	482,37	5 055,75
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 536,70	381,15	29,00	5 888,85
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43 254,43	186,40	5 658,46	37 782,37
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 301,27	360,83	1 216,84	2 445,26
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	283,90	2 841,14	0,00	3 125,04
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	372,78	64,18	117,56	319,40
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42 617,64	96,91	23 248,33	19 466,21
11 ATIVOS FINANCEIROS	20 638,02	0,00	0,00	20 638,02
12 PASSIVOS FINANCEIROS	26 548,53	7 500,00	15 326,50	18 722,03
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	931,26	736,07	21,02	1 646,31
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	90,87	211,26	0,00	302,13
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	19 153,26	0,00	19 153,26
<b>Totais</b>	<b>231 524,96</b>	<b>46 360,50</b>	<b>48 555,66</b>	<b>229 329,80</b>

(milhares de euros)

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	42 031,61	12 994,37	7 607,60	47 418,38
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	52 609,15	12 586,91	14 045,28	51 150,78
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 013,62	119,96	404,80	728,78
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9 830,08	7 892,19	4 648,00	13 074,27
05 SUBSÍDIOS	13 417,84	738,37	2 457,00	11 699,21
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 691,91	1 484,75	399,10	3 777,56
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	87 708,90	22 246,13	36 996,90	72 958,13
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7 182,36	2 939,75	1 219,70	8 902,41
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,00	0,30
10 PASSIVOS FINANCEIROS	13 531,98	8 043,40	2 369,70	19 205,68
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1 507,21	500,00	1 592,90	414,31
<b>Totais</b>	<b>231 524,96</b>	<b>69 545,83</b>	<b>71 740,99</b>	<b>229 329,80</b>

(milhares de euros)

Neste último trimestre do ano, as alterações orçamentais com maior relevância, consubstanciaram-se na extinção de uma natureza de receita ou despesa prevista no orçamento que não teriam execução orçamental ou a redução de uma previsão de receita ou dotação de despesa, destacando-se as diminuições nas Transferências Correntes, nas Transferências de Capital e nos Passivos Financeiros do lado da Receita, e na Aquisição de Bens de Capital do lado da Despesa, explicadas, essencialmente, por:

- Pelo empréstimo de curto prazo de 7,5 milhões de euros, dos quais apenas foram utilizados 6,5 milhões de euros (foi ajustado um milhão de euros na execução da Receita e da Despesa);
- Pelo empréstimo de 10,45 milhões de euros para diversos investimentos, cuja mobilização não se concretizou em 2021, bem como;
- Diversos investimentos com financiamento europeu, cuja execução não foi possível durante o ano de 2021.

Como nota final, é de referir que a análise deste 4º trimestre de 2021 incidiu apenas sobre a parte orçamental. Uma vez que os procedimentos de final de exercício ainda não se encontram concluídos, qualquer análise feita nesta altura sob a perspetiva patrimonial teria um carácter provisório, pelo que a mesma será feita na altura da prestação de contas anual.